

LÁGRIMAS DE PORTUGAL

ALEXEI BUENO

Nos anos de 1735 e 1736, vinha à luz em Lisboa, em dois tomos “com todas as licenças necessárias”, sob a compilação de Bernardo Gomes de Brito (1688-?), esta obra sem paralelo na prosa clássica portuguesa, hoje por todos conhecida como *História trágico-marítima*. Em doze relatos que incluem quatorze perdições de naus, desde as naufragadas pelas vicissitudes físicas da navegação até as incendiadas por corsários e hereges, ou mesmo pela reunião de ambas as desgraças, e incluindo ainda uma descrição da cidade de Columbo, no lendário Ceilão — a Tapobrana camoniana —, que, apesar de não ter o cunho trágico dos outros relatos, revela mais uma faceta típica da época da expansão, a curiosidade com os fenômenos naturais, a fauna e a flora, e o horror antropocêntrico pelas superstições dos gentios.

Repositório inigualável da psicologia do homem dos descobrimentos, a *História trágico-marítima*, para além do documento filológico — uma prosa narrativa com a qual estamos menos acostumados do que com a grande poesia da época, e que nos parece comumente mais longínqua do que ela, em seus grandes momentos de enorme expressividade —, para além do insuperável romance de aventuras que não deixa de ser, no aspecto mais catastrófico e terrível que se possa atribuir a essas aventuras — é o registro paradoxal das duas grandes forças psicológicas envolvidas na construção do Império da Índia, e na sua perda, ou seja, a cobiça desmedida unida a uma extrema escassez de homens, e a fé religiosa.

Se uma das causas mais frequentes das perdições — e como tal impiedosamente denunciada pelos sobreviventes-relatores — era a irrefreável vontade de ganho, que, além de sobrecarregar os navios da custosa e morosa Carreira da Índia com todo o excesso possível de bens e passageiros, passou em certo momento a alterar, de maneira desastrosa, as antigas e sensatas regras da construção naval de então, o contraponto infalível desse apego ao ganho e à matéria era o invariável frenesi religioso que se apossava dos ameaçados de naufrágio ou dos já naufragados em desertos e terras de cafres, e seria um anacronismo para qualquer leitor de nossa civilização laicizada a negação da sinceridade dessa fé e do pavor supremo da perdição da alma, que chega a ter papel decisivo em alguns dos lances mais dramáticos da compilação, como no espantoso naufrágio da nau de Jorge de Albuquerque Coelho, donatário e filho de donatário de Pernambuco, em 1565, no qual o heroico e o religioso se misturam até uma resolução que chega, de fato, a parecer milagrosa. Tal naufrágio, aliás, parece, sem maiores dúvidas, ter sido a fonte do mais belo título do cancionero popular da nossa língua, a imortal “Nau Catrineta”.

Nesses relatos — aos quais, em nível europeu, muito bem se poderia juntar o da fragata *La Méduse*, nas costas do Senegal, em 1816, cuja terrível jangada à deriva seria imortalizada pelo quadro de Géricault — encontrará o leitor o retrato de todas as possibilidades humanas, do mais sublime ao mais abjeto, dos extremos do estoicismo ao egoísmo sem nenhum freio, das culminâncias do amor conjugal, fraternal, paternal ou filial até os últimos abismos da loucura e da crueldade, da superação e do abandono das necessidades corporais até o canibalismo, do imaculado comportamento religioso ou postura militar e expedicionária até a total vilania, o amotinamento e a traição.

Sem o conhecimento prévio desses relatos — que deviam correr por Lisboa como uma disputada literatura de cordel, desde os seus exemplares mais literários, como os escritos por um Diogo do Couto, e dos mais célebres, como o de Manuel de Sousa Sepúlveda, até os mais anônimos e populares, dos quais provavelmente muita coisa se perdeu — algo da grande literatura dos Descobrimentos não teria sido escrito, algo do sal, sem trocadilho, de toda aquela epopeia se teria desvanecido. Sem o pleno conhecimento desses horrores, o muito viajado e igualmente escapado de naufrágio Luís de Camões não teria talvez criado da mesma maneira as duras e proféticas — para o momento da narração — palavras do Velho do Restelo, no final do canto IV de *Os Lusíadas*:

A que novos desastres determinas
De levar estes Reinos e esta gente?
Que perigos, que mortes lhe destinas,
Debaixo dalgum nome proeminente?

.....

(IV, 97)

ou ainda, repetindo uma impreciação que, sem dúvida, ao menos de forma semelhante, deve ter saído da boca de muitos dos naufragados nos relatos que se seguem:

Oh! Maldito o primeiro que no mundo,
Nas ondas vela pôs em seco lenho!

.....

(IV, 102)

Mas é sobretudo no insuperável canto V, quando surge a figura do Gigante Adamastor e suas tremendas profecias, que a matéria desta *História trágico-marítima* se funde explicitamente com a da maior epopeia nacional do Renascimento:

Sabe que quantas naus esta viagem
Que tu fazes fizerem, de atrevidas,
Inimiga terão esta paragem,
Com ventos e tormentas desmedidas!
E da primeira armada que passagem
Fizer por essas ondas insofridas,
Eu farei de improviso tal castigo
Que seja mor o dano que o perigo!

(V, 43)

Esta primeira armada — a segunda da Carreira, já que é ao Gama que o Cabo-Gigante se dirige — é, como todos sabemos, a de Pedro Álvares Cabral, a mesma que, após a sua proposital ou não descoberta do Brasil, seguiu em sua atribulada e violenta viagem até a Índia, e que tinha entre os seus treze navios

um capitaneado por Bartolomeu Dias — o próprio descobridor do Cabo das Tormentas, ou da Boa Esperança, em 1487 —, que aí naufragou e pereceu na viagem de volta, como nos prevê, pela onisciente voz do Vate, o impiedoso Gigante:

Aqui espero tomar, se não me engano,
De quem me descobriu suma vingança.
E não se acabará só nisto o dano
De vossa pertinace confiança:
Antes, em vossas naus vereis, cada ano,
Se é verdade o que o meu juízo alcança,
Naufrágios, perdições de toda sorte,
Que o menor mal de todos seja a morte!
(V, 44)

Refere-se ele então, no mesmo tom, a D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia, morto em 1510, após passar o cargo a Afonso de Albuquerque, numa luta com hotentotes:

E do primeiro Ilustre, que a ventura
Com fama alta fizer tocar os céus,
Serei eterna e nova sepultura,
Por juízos incógnitos de Deus.
Aqui porá da Turca armada dura
Os soberbos e prósperos troféus;
Comigo de seus danos o ameaça
A destruída Quíloa com Mombaça.
(V, 45)

E passa então, como exemplo insuperado, a narrar os sucessos do naufrágio do galeão grande *São João* na Terra do Natal, em 1552, o primeiro desta compilação, onde se cumpre o terrível destino do fidalgo Manuel de Sousa Sepúlveda e de sua família, matéria tão trágica que daria ensejo ainda a todo um poema, o *Naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda*, publicado postumamente por Jerônimo Corte Real em 1594, quarenta e dois anos após o desastre e vinte e dois após *Os Lusíadas*, no qual tudo se sintetiza nas três estrofes imortais:

Outro também virá, de honrada fama,
Liberal, cavaleiro, enamorado,
E consigo trará a fermosa dama
Que Amor por grão mercê lhe terá dado.
Triste ventura e negro fado os chama
Neste terreno meu, que, duro e irado,
Os deixará dum cru naufrágio vivos,
Para verem trabalhos excessivos.

Verão morrer com fome os filhos caros,
Em tanto amor gerados e nascidos;
Verão os cafres, ásperos e avaros,
Tirar à linda dama os seus vestidos;
Os cristalinos membros e preclaros
À calma, ao frio, ao ar, verão despidos,
Depois de ter pisada, longamente,
Co'os delicados pés a areia ardente.

E verão mais os olhos que escaparem
De tanto mal, de tanta desventura,
Os dous amantes míseros ficarem
Na fêrvida, implacável espessura.
Ali, depois que as pedras abrandarem
Com lágrimas de dor, de mágoa pura,
Abraçados, as almas soltarão
Da fermosa e misérrima prisão.

(V, 46-48)

E apenas nesse momento cessa o “monstro horrendo” a narração das suas profecias, para só então contar ao Gama quem era ele afinal e qual a sua história. E se nos resta a consolação de saber que tantos horrores se transformaram em alguns dos versos mais sublimes da língua portuguesa, ao Gigante empedernido só restava lamentar com um “medonho choro” a sua horrível metamorfose, enquanto o Gama pedia em vão a Deus que “removesse os duros / Casos que Adamastor contou futuros”.

Reflexo de tais desastres ainda encontraremos, no século seguinte, em 1640 — ano da Restauração que restabeleceria, após 60 anos, a independência da coroa de Portugal em relação à de Espanha — no célebre *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, no qual o Padre Vieira, pregando na Igreja da Ajuda de Salvador, apostrofa o próprio Deus, em inexcedível audácia oratória, pelas vitórias concedidas aos inimigos hereges:

Se esta havia de ser a paga e o fruto de nossos trabalhos, para que foi o trabalhar, para que foi o servir, para que foi o derramar tanto e tão ilustre sangue nestas conquistas? Para que abrimos os mares nunca dantes navegados? Para que descobrimos as regiões e os climas não conhecidos? Para que contrastamos os ventos e as tempestades com tanto arrojo, que apenas há baixio no Oceano, que não esteja infamado com miserabilíssimos naufrágios de portugueses? E depois de tantos perigos, depois de tantas desgraças, depois de tantas e tão lastimosas mortes, ou nas praias desertas sem sepultura, ou sepultados nas entranhas dos alarves, das feras, dos peixes, que as terras que assim ganhamos, as hajamos de perder assim? Oh! quanto melhor nos fora nunca conseguir, nem intentar tais empresas!

E assim nos deparamos com todo o lado concreto do custo humano da aventura sem paralelo da Expansão, da fundação daquele já longínquo Império da Pimenta, anterior a quaisquer altas transformações literárias, que de *Os Lusíadas* chegará pelo menos até *Mensagem*, como encontramos nos relatos aqui presentes. Pois se há uma *História trágico-marítima* em prosa — a que o leitor tem em suas mãos —, não deixa de haver outra, nunca compilada, mas aqui evocada, em verso, aquela que vem da “Nau Catrineta” e de muitos momentos de Camões, da epopeia até um soneto como “No mundo poucos anos, e cansados”, dá origem ao *Naufrágio de Sepúlveda* e vai desaguar no Fernando Pessoa do inigualável “Noite” e de “Mar português”.

As possíveis dificuldades para o leitor moderno foram supridas por algumas poucas e sucintas notas de pé de página, pois o mais importante, para além de algum vocabulário desusado ou técnico de marinharia que nos cause estranheza, é a leitura empática das desgraças de tantos dos nossos semelhantes, imersos numa noite marinha que também é hoje a noite dos tempos, mas cujo eco chega até nós, comprovando o dístico do há pouco poema de Fernando Pessoa, extraído do cancioneiro popular, de que “Ó mar salgado, quanto do teu sal / São lágrimas de Portugal!”